

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Faculdade de Letras – FALE

Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino e  
Leitura e Produção de Textos - PROLEITURA

André Gomes de Souza

**ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO  
SOBRE A ENTRADA E A PERMANÊNCIA DESSES ESTUDANTES NO ENSINO  
MÉDIO**

Brasília, 2025

ANDRÉ GOMES DE SOUZA

**ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO  
BIBLIOGRÁFICO SOBRE A ENTRADA E A PERMANÊNCIA DESSES  
ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
submetido ao Curso de Especialização  
em Língua Portuguesa: Teorias e  
Práticas de Ensino de Leitura e  
Produção de Texto como parte dos  
requisitos necessários para a obtenção  
do título de Especialista em Língua  
Portuguesa.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Hermínia Maria  
Martins Lima Silveira.

Brasília, 2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

**ATA**

FACULDADE DE LETRAS  
ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

Realizou-se, no dia 19 de novembro de 2025, às 15:00 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado ALUNOS SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A ENTRADA E A PERMANÊNCIA DESSES ESTUDANTES NO ENSINO MÉDIO, apresentado por André Gomes de Souza, número de registro 2024659270, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Herminia Maria Martins Lima Silveira - Orientadora, Profa. a (UFMG), Profa. Luiza Santana Chaves Miconi Ferreira (UFMG) e Profa. Ruana Priscila da Silva Brito (UFMG).

A Comissão considerou o Trabalho:

Aprovado

Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 19 de novembro de 2025.

Prof.a. Herminia Maria Martins Lima Silveira (Doutora)

Profa. Luiza Santana Chaves Miconi Ferreira (Doutora)

Profa. Ruana Priscila da Silva Brito (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Ruana Priscila da Silva Brito, Vice diretor(a)**, em 24/11/2025, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiza Santana Chaves Miconi Ferreira, Coordenador(a)**, em 24/11/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Herminia Maria Martins Lima Silveira, Professora Ensino Básico Técnico Tecnológico**, em 24/11/2025, às 17:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufmg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 4747826 e o código CRC 31BB216B.

Dedico este trabalho às pessoas surdas, ao povo surdo e a toda a comunidade surda que vive neste país. Este trabalho é uma demarcação de posição diante de opressões estruturais de ordem linguística, econômica ou política.

Onde houver capacitismo, ouvintismo ou preconceito linguístico, estaremos do lado contrário, combatendo esses mecanismos de subjugação e perpetuação do sistema que nos segrega, explora e massacra.

Essa é mais uma das pequenas contribuições de minha parte na construção de um novo mundo, de uma nova sociedade.

É para nós e por nós.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à minha mãe, Maria Claudia, por me apoiar – até onde lhe foi possível – no caminho dos estudos.

À Prof<sup>a</sup> Dra. Hermínia Maria Martins Lima Silveira, por conduzir comigo um processo amável e atencioso, a contrapelo da descortesia e rudeza há muito, infelizmente, presentes na academia.

À minha companheira, Jennifer Anyulli, que docemente cedeu inúmeras horas das que dispunha para me ouvir com relação à educação de surdos, Libras e comunidade surda. É quem me inspira a escrever e pesquisar, devido à sua grande paixão pelo estudo. Mi compañera en esta y otras vidas.

Esse agradecimento se estende a todas as pessoas, surdas e ouvintes, que, mesmo que eu não tenha mencionado, contribuíram direta ou indiretamente com minha trajetória enquanto pesquisador.

E agradeço ao curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto - Proleitura, à FALE e à UFMG, pelo acolhimento durante esse período de estudo e elaboração da minha pesquisa.

Viva a produção científica! Viva as universidades públicas! Viva a UFMG!

O sistema quer que eu escreva em português / O sistema quer que eu fale português / O sistema não quer que eu fale Libras / Eles me veem como um bicho / Um monstro / Parabéns pra você que fala português / Parabéns pra você que fala português / Parabéns para todos vocês que falam português / Eu escrevo e dispero / Eu tenho quatro estrofes de poesia / Eu joga elas para o alto / Engatilha / E dispero palavras bonitas / Dispero palavras bonitas / Dispero palavras bonitas / Vocês querem cancelar a minha escrita / Mas não podem cancelar / A minha Libras  
(Edinho Santos e Viic Oliveira)

## RESUMO

Este trabalho de natureza bibliográfica mapeou as publicações sobre a educação de surdos no Brasil entre 2021 e 2024, período que abrange a criação da Lei n.º 14.191/2021 — que instituiu a Educação Bilíngue de Surdos como modalidade na LDB — e o ano de início desta pesquisa. Com o intuito de verificar como se constitui o acesso dos estudantes surdos ao Ensino Médio no Ensino Regular, foi realizada uma busca na plataforma SciELO utilizando os descritores “Educação de Surdos” e “Educação Bilíngue de Surdos”. A busca resultou em 8 trabalhos, dos quais 6 foram selecionados para análise. Contudo, percebeu-se que os trabalhos publicados não davam conta de responder ao questionamento central deste trabalho. Além disso, o processo de pesquisa apontou para uma escassez de estudos, resultando na constatação de que sofremos de uma carência de investigações e pesquisas nesse campo, investigações e pesquisas fundamentais para o fortalecimento da Educação Bilíngue de Surdos e o fomento do desenvolvimento pleno dos sujeitos surdos em sociedade.

**Palavras-chave:** Língua Portuguesa, Segunda Língua, Língua Brasileira de Sinais, Educação Bilíngue de Surdos, Educação Básica, Ensino Médio.

## **ABSTRACT**

This bibliographic study mapped the publications on the education of deaf people in Brazil between 2021 and 2024, a period that covers the creation of Law No. 14,191/2021—which established Bilingual Education for the Deaf as a modality in the LDB (Law of Directives and Bases for National Education)—and the year this research began. In order to verify how deaf students' access to high school in regular education is constituted, a search was carried out on the SciELO platform using the descriptors "Educação de Surdos" (Deaf Education) and "Educação Bilíngue de Surdos" (Bilingual Deaf Education). The search resulted in 8 works, of which 6 were selected for analysis. However, it was noted that the published works did not answer the central question of this study. Furthermore, the research process pointed to a scarcity of studies, leading to the conclusion that we suffer from a lack of investigations and research in this field, which are fundamental for the strengthening of Bilingual Education for the Deaf and the promotion of the full development of deaf individuals in society.

**Keywords:** Portuguese, Second Language, Brazilian Sign Language, Bilingual Education for the Deaf, Basic Education, High School.

## ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 – porcentagem da escolarização de brasileiros surdos.....	17
Figura 1 – Instituto Nacional de Educação de Surdos.....	23
Tabela 1 – Publicações selecionadas.....	32
Tabela 2 – sistematização da análise dos artigos.....	34

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

LSF	Língua de Sinais Francesa
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
MEC	Ministério da Educação
Cap/INES	Colégio de Aplicação do Instituto Nacional de Educação de Surdos
DIPEBS	Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos
DIPEPI	Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
SciELO	Scientific Eletronic Library Online
L1	Primeira Língua
L2	Segunda Língua

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO .....	19
2.1 Concepção de educação inclusiva .....	19
3 PANORAMA HISTÓRICO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE SURDOS NO BRASIL .....	21
3.1 Concepção de educação bilíngue no ensino de estudantes surdos .....	25
4 METODOLOGIA .....	28
4.1 Mapeamento da produção científica nacional sobre educação de surdos e análise qualitativa dos textos mapeados .....	31
5 ESTUDANTES SURDOS E O ENSINO MÉDIO: POSSÍVEL GARGALO EDUCACIONAL E A APARENTE ESCASSEZ DE ESTUDOS .....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46

## 1 INTRODUÇÃO

Para iniciar este trabalho, peço licença para discorrer primeiramente sobre aspectos pessoais e profissionais que justificam o meu interesse de investigação, pois são elementos intrínsecos que convergem e dão sentido uns aos outros.

Ainda quando jovem, tive a oportunidade de entrar em contato com a comunidade surda de minha cidade de origem - São Paulo. Meu primeiro contato foi com um rapaz surdo quando eu ainda era bem jovem; o rapaz era primo de uma vizinha do conjunto habitacional onde eu vivia. Tentei interagir com ele por meio de um caderno, escrevendo em português, ao que ele me ensinou alguns sinais, e foi suficiente para despertar em mim o desejo de entender mais sobre essa forma de comunicação.

Pouco tempo depois, busquei por livros e por conteúdos na internet, justamente no momento em que o site YouTube começara a apresentar conteúdos sobre Libras. Após algum tempo de estudo, quando me senti mais confiante, busquei pelos locais de encontro de surdos na cidade de São Paulo; um dos lugares mais frequentados era o Shopping Tatuapé. Com o vocabulário bem rudimentar que eu possuía, tentei me comunicar e até consegui desenvolver alguns diálogos. Tempos depois, passei a frequentar eventos, festas e espaços da comunidade surda e fui ganhando mais fluência no idioma; pude fazer amizades com alguns amigos surdos. Ao passo que me inseri na comunidade surda de São Paulo, também comecei a ter contato com alguns relatos desses meus amigos, relatos de que eles não tinham seu direito de comunicação garantido e respeitado na escola regular ou que os professores apresentavam falta de conhecimento e não demonstravam preocupação em promover adaptações no conteúdo ministrado.

Diante dessa realidade a mim exposta, era praticamente impossível manter-me alheio a esse problema estrutural e coletivo. Muitos foram os relatos de negação de direitos linguísticos e culturais. Esses direitos não eram negados somente às pessoas que eu não conhecia, como se fossem um problema distante, mas eram negados às pessoas do meu convívio, o que me impactou diretamente. Consequentemente, me envolver na aprendizagem da Língua

Brasileira de Sinais significou me envolver e me engajar na luta da comunidade surda.

Com meu ingresso na graduação em Letras – Língua Portuguesa, busquei investigar de modo mais verticalizado o processo de ensino-aprendizagem de estudantes surdos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio, com enfoque no ensino da disciplina de Língua Portuguesa.

O resultado da investigação que desenvolvi durante a graduação foi o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Reflexões sobre o ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos como Língua Adicional*.

Considero importante fazer uma breve apresentação do percurso investigativo que realizei nesse trabalho de conclusão da graduação, pois esse percurso, em grande medida, me atravessa e me move para continuar pensando sobre a educação de surdos em minha trajetória acadêmica, o que justifica a continuação dessa investigação na pós-graduação na UFMG.

O percurso metodológico desse trabalho se deu pelo intuito de refletir a respeito do ensino de Língua Portuguesa para alunos surdos com vista ao conceito de Língua Adicional, e para isso, foi escolhida a Escola Municipal de Educação Bilíngue de Surdos (EMEBS) Helen Keller, que, a partir de 2019, passou a ofertar Ensino Médio, com o objetivo de analisar as práticas de ensino-aprendizagem dessa escola. Para realizar a análise pretendida, foi utilizado um questionário previamente elaborado, entregue e respondido por duas professoras da disciplina de Língua Portuguesa da EMEBS Helen Keller que lecionavam para o Ensino Fundamental e Ensino Médio.

O questionário mencionado apresentava 8 questões que versavam sobre a importância da aprendizagem de Libras e de Língua Portuguesa pelos estudantes surdos.

Em suma, as considerações às quais esse estudo levou indicaram que a educação de surdos requer ações específicas e direcionadas, que a Libras é fundamental para o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes surdos, devido ao impacto no desenvolvimento do estudante surdo no que tange à sua identidade e cultura, ou seja, um desenvolvimento sociolinguístico cultural dessa comunidade. Esse estudo indicou também que ao ensinarmos a Língua Portuguesa como Segunda Língua – na modalidade escrita – para o estudante surdo, seu processo de ensino-aprendizagem pode obter muito mais êxitos.

Nesse sentido, é fundamental levarmos em consideração a necessidade de socialização dos resultados das pesquisas, tendo em vista a possibilidade de ampliação das nossas interlocuções e de produção de novos saberes para a qualificação da educação para surdos.

Ao concluir minha graduação, me tornei professor efetivamente, e atualmente, além de ser um pesquisador sobre a educação de surdos, sou professor de Língua Portuguesa na Escola Pública Integral Bilíngue Libras e Português Escrito do Plano Piloto, localizada em Brasília–DF, fato que me catapultou ainda mais para dentro de todo esse campo de estudo.

E na ânsia de seguir com essas reflexões a respeito da educação de surdos, no âmbito do curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto, ofertado pela Faculdade de Letras da UFMG, me pareceu natural verticalizar ainda mais os estudos no campo da educação de surdos, visando contribuir com a escolarização da comunidade surda, cuja formação escolar já sofreu inúmeros retrocessos e alguns avanços no decorrer da história.

De acordo com a pesquisadora Ronice Quadros (2008), a educação de surdos se constitui de duas fases distintas, sendo que a primeira diz respeito a educação oralista, que fundamentalmente compreende o sujeito surdo como alguém que deve ser “recuperado”, como se lhe faltasse algo para se adequar à sociedade ouvinte; já na segunda fase, vemos o surgimento do bimodalismo, abordagem que se vale da sinalização da língua portuguesa, ou seja, são utilizados os sinais da Libras, mas seguindo a gramática da Língua Portuguesa.

No transcurso da história da educação de surdos no Brasil, que se inicia em 1857, com a criação do Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, é possível notar como essas fases se constituíram. Para este trabalho, será apresentado um breve panorama dessas fases com o intuito de contextualizar alguns aspectos fundamentais de cada uma delas.

O oralismo é uma abordagem histórica na educação de surdos que se estabeleceu no Brasil com o objetivo principal de recuperação ou reabilitação da pessoa com surdez. Essencialmente, essa metodologia se caracteriza pela proibição do uso de qualquer língua de sinais, focando exclusivamente no desenvolvimento da fala e da leitura labial. A premissa central do oralismo é que o surdo deve ser integrado à sociedade ouvinte através da oralização,

desconsiderando a língua de sinais como uma forma legítima de comunicação e aquisição de linguagem (QUADROS, 2008).

A abordagem oralista impõe aos alunos surdos a obrigação de oralizar, o que, na prática, desrespeita suas particularidades linguísticas e pode, inclusive, gerar atrasos significativos tanto no desenvolvimento educacional quanto nas habilidades comunicativas desses indivíduos.

O bimodalismo, é uma fase que surge a posteriori do oralismo, enquanto oralismo irá surgir por volta dos anos 1880, no contexto do Congresso de Milão. No Brasil, o bimodalismo irá surgir por volta da década de 1980. E nesse sentido, o bimodalismo, que, de acordo com Mori e Sander (2015), pode ser compreendido no âmbito da Comunicação Total, supera algumas questões do oralismo. No entanto, Quadros (2008) apresenta algumas críticas ao bimodalismo, também nomeado pela autora de "português sinalizado", considerando que se trata de uma abordagem que trabalha o ensino de Libras tendo como referência os elementos da modalidade oral da Língua Portuguesa.

Nesse sentido, essa abordagem pedagógica prejudica as estruturas linguísticas de ambas as línguas, já que alguns parâmetros linguísticos da Libras, como expressões faciais, são impossíveis de serem utilizados concomitantemente com a oralização da língua portuguesa (QUADROS, 2008).

Ainda na segunda fase, surge a proposta do bilinguismo, que irá surgir na virada da década de 1980 para 1990, e se propõe a reconhecer as identidades e culturas do sujeito surdo, compreendendo que há uma comunidade surda que compartilha elementos culturais e identitários. O bilinguismo pode ser compreendido como uma fase autônoma, uma vez que ele supera questões do bimodalismo, por exemplo, ao propor o acesso do sujeito surdo à língua de sinais no ambiente escolar, bem como a presença de pessoas surdas usuárias de língua de sinais no quadro de funcionários do ambiente escolar, para servirem como referencial de identidade, língua e cultura; além de garantir o ensino da língua oral-auditiva – Língua Portuguesa – por meio de estratégias de ensino de Segunda Língua (QUADROS, 2008).

De acordo com Quadros, a proposta educacional para o estudante surdo "(...) além de ser bilíngue, deve ser bicultural (...)" (2008, p.28). A autora defende que a perspectiva de abordagem educacional que contempla a vivência bicultural própria do sujeito surdo que vive numa sociedade ouvinte garante que o

estudante surdo tenha acesso rápido e natural à comunidade ouvinte, além de se reconhecer como parte de uma comunidade surda (QADROS, 2008).

Nesse contexto de mudança de paradigmas educacionais na educação de surdos no final do século XX para o início do século XXI, muito devido à luta e à mobilização da comunidade surda por uma educação de qualidade, as escolas especiais se viram obrigadas a uma mudança gradual que resultou numa considerável inclusão de alunos surdos:

As escolas especiais iniciaram lentamente o uso de sinais, já que elas estavam enraizadas no oralismo. Aos surdos se deu voz e os professores ouvintes aprenderam os sinais com seus próprios alunos. Um clamor se levantou na educação especial para a abertura de novos caminhos, caminhos estes mais democráticos, mais naturais com o uso dos sinais. (MORI; SANDER, 2015, p. 10)

Já no âmbito das escolas do ensino regular, essas se encontraram diante de uma realidade cada vez mais incontornável, sendo levadas a alterar seu modo de funcionamento, em especial graças a criação da Lei Federal n.º 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002), que discorre sobre o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e de expressão dos surdos, sobre o dever do poder público em apoiar e difundir a Libras e sobre a inserção da Libras como disciplina curricular obrigatória em cursos de licenciatura e de Fonoaudiologia; e do Decreto n.º 5626 de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que além de regulamentar a lei 10.436/2002, define critérios para a identificação da deficiência auditiva e estabelece medidas para garantir o acesso à comunicação, à informação e à educação de qualidade, incluindo “o ensino da Língua Portuguesa, como segunda língua para pessoas surdas” (BRASIL, 2005).

No ano de 2003, o MEC criou o Programa Educação Inclusiva, visando fomentar ações educacionais que minimizassem a exclusão de estudantes com deficiência (RANGEL, 2022). As escolas do ensino regular, em específico, após o decreto 5626/2005, passam a promover a inclusão de estudantes surdos por meio dos tradutores/intérpretes de Libras (GUARINELLO et al., p. 318, 2006).

E passados mais de 15 anos da Lei 10.436 e mais de 160 anos da criação da primeira escola de surdos do Brasil, somente em 2019 ocorreu a criação da Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DIPEBS), no MEC, destinada a cuidar da educação de surdos no Brasil (RANGEL, 2022), um marco histórico importantíssimo, apesar de demasiadamente tarde. Esse decurso de

tempo deflagra a necessidade da luta diária da comunidade surda, que, até então, tinha sua educação a cargo da Diretoria de Políticas de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (DIPEPI).

No ano de 2021, foi introduzida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos (RANGEL, 2022), uma conquista inegável, decorrente de muita mobilização e luta da comunidade surda, mas, infelizmente, uma conquista que chega também tardiamente.

Em outras palavras, é inegável que as mobilizações da comunidade surda organizada resultaram em algumas vitórias significativas, vitórias que se deram também diante de uma conjuntura favorável em nível nacional e internacional, todavia, a comunidade surda está relativamente distante de ter êxito na garantia de uma educação que de fato corresponda às suas necessidades imediatas e de longo prazo, necessidades que têm a ver com questões linguísticas, mas também identitárias, culturais e sociais.

Conforme o Censo de Educação Básica de 2022, o Brasil possui mais de 60 mil estudantes surdos, surdocegos ou com alguma deficiência auditiva matriculados na rede de Educação Básica (BRASIL, 2022); 55.932 desses estudantes estão matriculados em classes comuns. Já nas classes bilíngues e nas 64 escolas bilíngues de surdos<sup>1</sup> pelo Brasil (BRASIL, 2021), temos 6.260 estudantes matriculados (BRASIL, 2024). Somado a isso, existe o fato de que apenas 15% da população surda – 1,5 milhões – frequentou a escola até o Ensino Médio, de acordo com estudo feito em 2019 pelo Instituto Locomotiva e pela Semana da Acessibilidade Surda<sup>2</sup>.

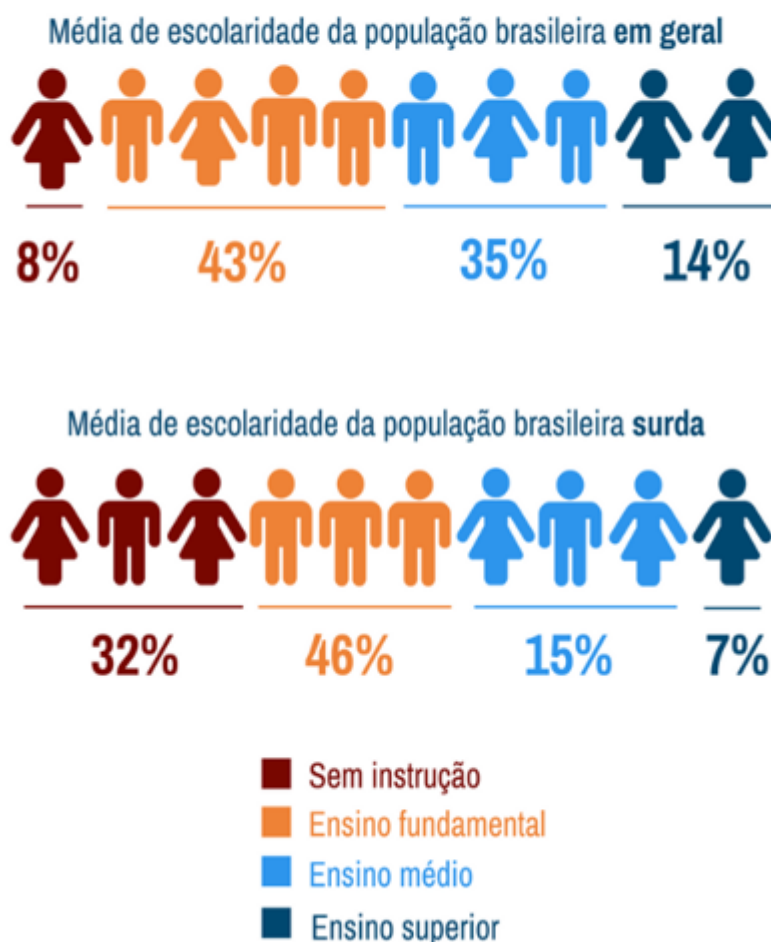
---

<sup>1</sup> Escolas bilíngues são instituições educacionais cujo projeto pedagógico é integralmente voltado para a educação de surdos, com a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda, permeando todas as disciplinas e o ambiente escolar. Ela oferece um espaço onde a cultura surda é valorizada e a comunicação em Libras é naturalizada. Classe bilíngue é uma iniciativa que ocorre em escolas regulares (majoritariamente ouvinte) que oferece o ensino bilíngue para um grupo de alunos surdos

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/tv-brasil-apenas-37-dos-brasileiros-com-deficiencia-auditiva-estao-empregados/>

Gráfico 1 – porcentagem da escolarização de brasileiros surdos

## Brasileiros com deficiência auditiva são **menos escolarizados** que a média da população



LOCOMOTIVA  
PESQUISA & ESTRATÉGIA

Fonte: Instituto Locomotiva (2019) Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/tv-brasil-apenas-37-dos-brasileiros-com-deficiencia-auditiva-estao-empregados/>

O gráfico apresentado ilustra de forma incontestável a disparidade na escolaridade entre pessoas ouvintes e pessoas surdas no Brasil.

Ao se tratar da porcentagem de pessoas sem instrução, nota-se que a população surda tem quatro vezes mais chances de não ter nenhuma instrução formal em comparação com a população ouvinte. No que tange ao acesso ao Ensino Fundamental, o gráfico apresenta que a diferença entre surdos e ouvintes é relativamente menor, sendo que a porcentagem de surdos que concluem o Ensino Fundamental é ligeiramente maior.

Em relação ao Ensino Médio – nível escolhido como objeto de estudo desta pesquisa – a lacuna se alarga novamente, com uma diferença de 20 pontos percentuais. Apenas 15% da população surda alcança o Ensino Médio, já a população ouvinte é de 35%. Esse dado sugere que o Ensino Médio representa um possível gargalo para estudantes surdos, e a disparidade persiste no Ensino Superior, onde a porcentagem de surdos que alcança este nível é a metade da, de ouvintes.

A partir dos dados que o gráfico nos apresenta, é razoável supor que haja um indicativo de possível desafio na inclusão e permanência de estudantes surdos no Ensino Médio, o que reafirma que esse é um tema relevante e que exige reflexões no sentido de apontar um caminho para conseguirmos avançar na possível resolução desse cenário.

Diante dos dados apresentados, assim, interessa nos questionar: onde estão os alunos surdos e de que forma estão chegando ao Ensino Médio? Quais são os estudos e os trabalhos publicados sobre essa questão no período de 2021 a 2024? A escolha desse período se justifica tendo em vista que em 2021 foi ano de inserção da modalidade de educação bilíngue de surdos na LDB, ou seja, um marco legal significativo para gerar avanços na escolarização da comunidade surda.

Para que compreendamos melhor a realidade dos sujeitos surdos e seu processo de escolarização, é importante compreender sua realidade social, por exemplo, diversas crianças surdas nascem em lares com famílias formadas por ouvintes que não falam a Língua Brasileira de Sinais e que não possuem qualquer contato com surdos fluentes em Língua Brasileira de Sinais, ou seja, as crianças surdas estão expostas quase que constantemente à Língua Portuguesa como Primeira Língua.

Segundo Quadros (2008, p. 27), “(...) a língua de sinais é uma língua natural adquirida de forma espontânea pela pessoa surda”, ou seja, devido à sua audição, o sujeito surdo tende a ser visual, fazendo com que uma língua de ordem gesto-visual, como a Libras, possa ser adquirida naturalmente, enquanto “(...) a língua oral é adquirida de forma sistematizada (...)” (QUADROS, 2008, p. 27, ). De acordo com a autora, a criança surda, exposta à Língua Portuguesa, “até pode vir a adquirir essa língua, mas nunca de forma natural e espontânea, como ocorre com a Libras” (QUADROS, 2008, p. 27).

Nesse sentido, constata-se a necessidade de refletirmos não apenas sobre o acesso dos estudantes surdos ao Ensino Médio, mas sobre a qualidade do processo educacional desses estudantes no espaço escolar. Assim sendo, esta pesquisa se propõe a fazer uma investigação de natureza bibliográfica, com o intuito de analisar as publicações que discorrem sobre a inserção e permanência de pessoas surdas no Ensino Médio, além de fomentar reflexões acerca da inclusão do aluno surdo no Ensino Regular, na Educação Básica, especificamente, no Ensino Médio.

Em resumo, esta pesquisa tem como norte fortalecer o campo de estudo e de luta na direção de ampliar e qualificar a garantia de qualidade da oferta de educação de surdos no Brasil, buscando refletir e problematizar a conjuntura que se apresenta em relação à educação de surdos, uma vez que a legislação, por meio da Lei n.º 10.436/2002 e da Lei n.º 14.191/2021, garante o reconhecimento da Libras como meio legal de comunicação e a inserção do ensino bilíngue para surdos nas escolas, estabelecendo a Libras como L1 e o português escrito como L2.

De toda forma, essa legislação não garante a permanência e a qualidade da escolarização de pessoas surdas, sendo assim, faz-se necessário encampar diversas frentes de trabalho para mudar essa realidade, incluindo a frente acadêmica.

## **2 BASE TEÓRICO-METODOLÓGICA DO TRABALHO**

### **2.1 Concepção de educação inclusiva**

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação inclusiva se trata de um paradigma educacional que está plenamente calcado nos direitos humanos, de modo a fomentar e valorizar a diversidade e a igualdade como elementos centrais. A educação inclusiva também se volta para a contextualização sócio-histórica da exclusão, visando compreender a produção das exclusões tanto no ambiente escolar como em outros espaços e instituições sociais.

Devemos compreender, então, a educação inclusiva como uma abordagem que valoriza a diversidade e que combate, enquanto princípio, a discriminação e a exclusão dos sujeitos.

Todavia, faz-se necessário discorrer sobre as especificidades das categorias conceituais dos termos educação inclusiva e educação especial, que acabam por ser constantemente compreendidos, de forma equivocada, como sinônimos. Alguns termos como “integração” e “inclusão” são utilizados como se fossem sinônimos, no entanto, é um equívoco, uma vez que cada termo está localizado num campo teórico-metodológico divergente (MANTOAN, 2004).

Em certa medida, podemos compreender a inclusão e a integração em posições antagônicas, uma vez que a inclusão tomará em conta questões identitárias, sociais e históricas, de gênero, de classe e de raça. Diferentemente da perspectiva da integração, que não leva esses aspectos em conta.

Em termos gerais, a inclusão busca construir um caminho de correspondência e de significação para o universo que o estudante traz consigo, na tentativa de incluir esses sujeitos. Já a integração diz respeito a inserir um estudante num espaço já existente e esse estudante é quem deve se “incorporar” a ele. No entanto, não é possível garantir um efetivo envolvimento e interrelação plena e de qualidade entre os estudantes confiando única e exclusivamente no compartilhamento do ambiente de aprendizagem.

Seria prudente dizer que a integração, como exposta nesse trecho, não assegura que aconteça uma interação e confluência espontânea entre os estudantes sem que haja alteração na proposta pedagógica, ou seja, caso não haja uma postura ativa por parte dos agentes educadores no ambiente escolar, haverá apenas a ocupação de um mesmo ambiente.

É importante realizarmos esse esclarecimento sobre os conceitos de inclusão e integração, pois será de grande valia para compreendermos a relação entre educação inclusiva e educação especial.

Objetivamente, para diferenciarmos a concepção da educação inclusiva da modalidade de educação especial, observemos, por um segundo, os públicos que correspondem à modalidade de educação especial e à concepção de educação inclusiva. Tratando-se do campo educacional, quando falamos de educação especial, estamos falando dos estudantes com deficiência, seja ela deficiência física, intelectual ou sensorial, ou seja, a educação especial possui

como característica própria um público específico, o que denota a natureza de sua atuação e práticas que estão localizadas nessa abordagem educacional.

Ao pesarmos sobre a Educação Inclusiva, devemos compreendê-la como um termo amplo, uma concepção ou paradigma de ensino, que trata da inclusão no sentido de que todos devem ser incluídos.

Já com relação à Educação Especial, devemos compreender que ela foi criada enquanto modalidade de ensino especialmente para demarcar, por via do discurso da lei, os direitos de determinado público, no caso, os estudantes com deficiência.

A educação inclusiva tem por objetivo promover o convívio entre as diferenças, promover uma aprendizagem que esteja intimamente ligada às experiências e vivência humanas, de forma que esse estudante tenha uma postura participativa, e que o conteúdo das aulas lhe faça sentido, contemplando sua subjetividade em consonância com as subjetividades de toda a turma, dessa forma, é necessário haver alunos com deficiência e alunos sem deficiência juntos (MANTOAN, 2004), dessa maneira a convivência com a diferença nos possibilita produzir saberes e modos de lidar com a elas, isso nos humaniza.

Para concluir, a perspectiva inclusiva utilizada neste estudo é a da inclusão que incide radicalmente na perspectiva educacional, não se limitando a tratar do processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiência, mas tratando do processo de ensino-aprendizagem de todo e qualquer estudante, incluindo o estudante surdo, do qual este estudo trata (MANTOAN, 2004).

### **3 PANORAMA HISTÓRICO DO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR DE SURDOS NO BRASIL**

A inclusão escolar de surdos no Brasil é perpassada por transformações históricas, sociais, políticas e educacionais. Ao longo dos séculos, a percepção e o tratamento dispensados às pessoas surdas evoluíram, significativamente, de estigmas e exclusão para um considerável reconhecimento de seus direitos e uma relativa valorização de sua língua, cultura e identidade.

Historicamente, a educação de surdos no Brasil, assim como em muitas partes do mundo, foi marcada por abordagens que oscilavam entre o oralismo e

o uso de sinais. Antes do século XIX, a educação formal para surdos era praticamente inexistente, e a comunicação se dava, na maioria das vezes, por meio de gestos e sinais informais nas comunidades. A visão predominante era a de que a surdez era uma deficiência a ser corrigida, e não uma característica linguística e cultural (QUADROS, 2008).

Todavia, um marco importante ocorreu na educação de surdos no Brasil, quando Dom Pedro II convidou Ernest Huet<sup>3</sup>, um professor surdo francês, para vir ao Brasil ajudá-lo na criação de uma escola destinada a estudantes surdos (MORI; SANDER, 2015).

Huet trouxe consigo os conhecimentos adquiridos no Instituto Nacional de Surdos-Mudos de Paris, além da Língua de Sinais Francesa (LSF), que logo se misturou aos sinais que já eram utilizados pelos surdos no Brasil, o que contribuiu para a formação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como conhecemos hoje (MORI; SANDER, 2015).

Na data de 26 de setembro de 1857, no Rio de Janeiro, foi fundado o Imperial Instituto de Surdos-Mudos – futuramente conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) –, a primeira escola de surdos do Brasil (BRANDÃO, 2023).

---

<sup>3</sup> Ernest Huet (1822 – 1882), surdo desde os 12 anos devido ao sarampo, tornou-se professor na França e dedicou sua vida a lecionar para estudantes surdos. A convite de Dom Pedro II, veio ao Brasil em 1855, e dois anos depois fundou, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto de Surdos-Mudos, que hoje é conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Huet foi responsável por trazer ao Brasil a Língua Francesa de Sinais (LSF), que, ao se mesclar com a língua de sinais utilizada pelos surdos brasileiros, contribuiu para a consolidação da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Figura 1 – Instituto Nacional de Educação de Surdos



Fonte: Donatas Dabravolskas - Obra do próprio, CC BY-SA 4.0,  
<https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=122548876>

O INES é uma instituição vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e continua a desempenhar um papel fundamental na educação de surdos no Brasil. Além de atuar no campo da formação de professores e outros profissionais da educação de surdos, o instituto também desenvolve pesquisas, produz materiais didáticos acessíveis em Libras e em Língua Portuguesa e presta consultoria técnica a sistemas de ensino, escolas e outras instituições. O INES também oferece Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio para crianças, adolescentes e adultos surdos em seu Colégio de Aplicação (Cap/INES).

Igualmente a outras instituições de ensino de surdos que também surgiram na segunda metade do século XIX, o INES aplicava uma metodologia de ensino que se valia da utilização de leitura labial, juntamente com gestos/sinais. Todavia, no ano de 1880, na cidade de Milão, na Itália, ocorreu um Congresso internacional cujos debates entre os estudiosos do assunto estabeleceram que um novo método deveria ser seguido no ensino de estudantes surdos, um método de ensino exclusivamente voltado à fala, abolindo por completo os gestos/sinais. Esse método ficou conhecido como oralismo (BRANDÃO, 2023), conforme anunciado anteriormente.

Cem anos após a decisão do Congresso de Milão, já no ano de 1980, com os sucessivos insucessos do oralismo, um debate a respeito do retorno da utilização de gestos/sinais nas metodologias de ensino ganha força, como a Comunicação Total, uma filosofia que contempla uma pluralidade de elementos no processo educacional do estudante surdo: fala, sinais, teatro, dança, imagens, mímica.

A Comunicação Total expandia a perspectiva educacional para além do oralismo, o que, de certa forma, já apontava para uma possível superação desse modelo; contudo, ainda prevalecia um currículo pensado por ouvintes e que pouco ou quase nada dava espaço real ao estudante surdo, negando, por exemplo, o papel da Libras enquanto língua de instrução (RANGEL, 2022).

Apesar do período oralista, a Língua Brasileira de Sinais (Libras) persistiu e se desenvolveu nas comunidades surdas. O reconhecimento oficial da Libras como meio legal de comunicação e expressão no Brasil veio com a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002. Essa lei representou um marco fundamental, conferindo à Libras certa posição e fomentando seu uso e difusão. Posteriormente, o Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005, regulamentou a Lei de Libras, estabelecendo diretrizes para a inclusão da Libras em diversos contextos, como a formação de professores, a educação de surdos e o uso de intérpretes (BRASIL, 2002; BRASIL, 2005).

Com o reconhecimento da Libras, a discussão sobre a educação de surdos no Brasil ganhou novas perspectivas, impulsionando o modelo de educação bilíngue. A educação bilíngue para surdos preconiza a Libras como L1 e o português escrito como L2, reconhecendo a especificidade linguística e cultural da comunidade surda. Essa abordagem visa garantir o pleno desenvolvimento cognitivo, social e linguístico dos estudantes surdos, proporcionando-lhes acesso ao conhecimento e à comunicação em sua língua natural (MORI e SANDER, 2015).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforçou a importância da inclusão de alunos com deficiência, incluindo surdos, no ensino regular. Contudo, vale ressaltar que, apesar da importância e necessidade da lei, ela não é um fim em si mesma. Nesse sentido, a força do discurso da lei é capaz de garantir a entrada dos

estudantes com deficiência, incluindo surdos, nas escolas regulares, mas não garante a permanência qualificada desses estudantes na escola.

No sentido de se promover uma educação bilíngue de surdos em consonância com normas e documentos legais, qualificação profissional para professores de surdos, difusão das escolas bilíngues de surdos e seus fundamentos, um avanço significativo ocorreu em 2021, quando a educação bilíngue de surdos foi reconhecida como modalidade de ensino independente. Essa medida estabelece a Libras como primeira língua e o português escrito como segunda língua, consolidando a educação bilíngue como alternativa para a inclusão e o desenvolvimento educacional dos surdos no Brasil (BRASIL, Planalto, 2021). O Ministério da Educação (MEC) tem desenvolvido algumas tímidas ações para apoiar essa modalidade, no sentido de garantir os direitos da comunidade surda e promover a inclusão efetiva desses estudantes (BRASIL, MEC, 2024).

Em resumo, o panorama histórico do processo de inclusão escolar de surdos no Brasil é marcado por uma trajetória de lutas, avanços e desafios. Desde as primeiras iniciativas até o reconhecimento legal da Libras e o início da implementação da educação bilíngue como modalidade de ensino, a sociedade brasileira tem avançado muito timidamente em direção a uma educação mais equitativa e inclusiva para a comunidade surda, é fundamental lutarmos por mais avanços que contemplem o desenvolvimento cognitivo e educacional pleno dos estudantes surdos, numa perspectiva que leve em conta sua identidade, cultura e língua.

### **3.1 Concepção de educação bilíngue no ensino de estudantes surdos**

A educação bilíngue de surdos é uma modalidade de ensino que cumpre um papel de valorização do sujeito surdo, sua identidade cultural e língua, fomentando um espaço em que o estudante possa ter acesso à formação geral básica, ao passo que se integra à comunidade surda numa perspectiva de fortalecimento da autoestima do estudante e, conseqüentemente, seu desenvolvimento. Conforme Argolo e Francisco (2025), a educação bilíngue para surdos é um modelo que busca:

[...] não apenas assegurar que a Libras seja utilizada como a língua principal de instrução, mas também garantir aos alunos surdos a aquisição de habilidades no português escrito para facilitar a interação com a sociedade em geral. Essa abordagem tem se mostrado fundamental para promover a inclusão, melhorar a qualidade do aprendizado e permitir que os alunos surdos se desenvolvam plenamente em todas as dimensões de suas vidas. (ARGOLO; FRANCISCO, 2025, p. 44).

Este modelo educacional visa superar as barreiras históricas e promover uma educação inclusiva que respeite a diversidade linguística e cultural da comunidade surda.

Historicamente, a comunidade surda enfrentou desafios significativos no acesso a uma educação de qualidade, devido à falta de reconhecimento da Libras e à predominância de modelos de ensino oralistas.

Modelo esse que durou por cem anos regendo a educação de estudantes surdos pelo mundo, compreendido por diversos pesquisadores e especialistas como os anos de fracasso na educação de surdos (MORI; SANDER, 2015).

Quadros (2008) destaca que o oralismo preconizava a supressão do sinal, ou seja, os estudantes surdos não podiam sinalizar em seu processo de ensino-aprendizagem, resultando no que a autora considera uma “(...) deterioração das conquistas educacionais das crianças surdas e no grau de instrução do surdo em geral” (QUADROS, 2008, p. 22).

A autora também aborda o bimodalismo, que surgiu como uma alternativa, mas que ainda apresentava limitações, pois surge como proposta em que a língua de sinais é usada como um mero instrumento de ensino da língua oral, além de que a língua de sinais é utilizada na estrutura da língua portuguesa, o que a autora chama de “português sinalizado” (QUADROS, 2008). Ela afirma ainda que há um relativo avanço devido à língua oral não ser mais o elemento exclusivo na educação de estudantes surdos. Contudo, esse avanço ainda é tímido.

Esse sistema vem demonstrando não ser eficiente para o ensino da língua portuguesa, pois tem-se verificado que as crianças surdas continuam com defasagem tanto na leitura e escrita, como no conhecimento dos conteúdos escolares. (QUADROS, 2008, p. 26).

A partir de 1990 vemos o resultado da mobilização massiva dos movimentos surdos no Brasil para fomentar e fortalecer uma crescente conscientização sobre os direitos linguísticos e educacionais dos surdos (ARGOLO; FRANCISCO, 2025), fazendo com que o cenário educacional dos surdos comece uma transição para o que Quadros (2008) irá chamar de terceira fase da educação de surdos, uma fase em que começa a ser esboçada uma proposta educacional bilíngue.

A proposta educacional bilíngue para surdos é compreendida como um pilar para o desenvolvimento do estudante surdo. É uma abordagem que fomenta o desenvolvimento cognitivo e social dos estudantes surdos por meio de uma base sólida calcada na língua de sinais, vetor principal da expressão de sua identidade cultural, além de garantir o aprendizado do português na modalidade escrita, oportunizando que o estudante surdo interaja com a sociedade ouvinte e tenha acesso às várias dimensões da vida em sociedade (ARGOLO; FRANCISCO, 2025).

Um marco legislativo importante para o avanço da educação bilíngue de surdos no Brasil foi a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que a tornou uma modalidade de ensino independente. Essa lei estabelece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o Português escrito como segunda língua para os estudantes surdos (BRASIL, 2021). Isso representa o reconhecimento legal da educação bilíngue de surdos, após mais de 40 anos de pesquisas e estudos ressaltando a importância dessa modalidade de ensino. Com a criação da modalidade de educação bilíngue de surdos e ao inseri-la na LDB, essa lei aumenta a possibilidade de reivindicarmos mais escolas bilíngues de surdos, mais cursos de formação de profissionais para atuar nesse campo, mais cursos de ensino superior voltados para formar professores bilíngues de surdos, mais recursos para a educação bilíngue de surdos. Essa lei é um ganho indiscutível para a comunidade surda brasileira.

Em síntese, há relativos avanços no processo de implementação da educação bilíngue de surdos no Brasil, todavia, esses avanços, como o reconhecimento da modalidade bilíngue na educação de surdos, ainda são muito recentes, revelando que há muito ainda para conquistarmos de modo a garantir uma educação pública gratuita e de qualidade para os estudantes surdos, que reconheça seus direitos sociais, culturais e linguísticos.

## 4 METODOLOGIA

Neste capítulo será apresentada a metodologia adotada, bem como os procedimentos escolhidos para o desenvolvimento desta pesquisa, escolhidos com o intuito de alcançar o melhor resultado possível, buscando responder à indagação central já apresentada na introdução deste trabalho: *onde estão os alunos surdos e de que forma estão chegando ao Ensino Médio?*

A metodologia científica utilizada neste trabalho foi a da pesquisa bibliográfica, metodologia que se debruça sobre uma revisão de literatura disponível em repositórios físicos e virtuais, contribuindo para a delimitação do tema do pesquisador ou pesquisadora que visa contextualizar sua hipótese ou problema (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). Para a pesquisa bibliográfica em questão, a plataforma de pesquisa escolhida para realizar o mapeamento da produção científica nacional que trata da educação de surdos foi a SciELO (Scientific Electronic Library Online), em que foi possível encontrar 8 publicações.

A plataforma SciELO foi utilizada devido a ela ter seu direcionamento a periódicos brasileiros e de outros países latino-americanos, o que a torna mais apropriada para uma investigação voltada para a educação de surdos no contexto brasileiro. Além disso, a SciELO apresenta uma qualificada reunião de periódicos publicados em revistas de alto impacto (GIL, 2002), o que contribui muito para uma investigação apurada e interessada em estudos largamente revisados por pares e com considerável rigor acadêmico.

A pesquisa bibliográfica é um instrumento fundamental no âmbito do estudo acadêmico, pois por meio da investigação científica de trabalhos publicados, promove o aprimoramento e atualização do conhecimento em determinados campos e áreas de saberes (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021).

A pesquisa científica tem como caminho de início dos trabalhos a pesquisa bibliográfica, em que são buscados trabalhos publicados que sejam relevantes para a pesquisa (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). Essa abordagem inicial serve para identificar quais são os trabalhos que compõem determinados campos de pesquisa, além de auxiliar na escolha do problema a ser trabalhado

e do método mais adequado para o desenvolvimento da pesquisa (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021).

Vale frisar que ao tratarmos da pesquisa bibliográfica não estamos tratando de uma reprodução de afirmações feitas por pesquisadores que vieram antes de nós, muito pelo contrário, a pesquisa bibliográfica nos permite investigarmos diversos temas sob novas óticas, utilizando novas abordagens e chegando a novas conclusões (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021).

No que se refere à definição de um tema de pesquisa, é importante que o pesquisador ou pesquisadora faça um levantamento de dúvidas e reflexões que estejam intimamente ligadas ao seu universo laboral ou mesmo à sua trajetória acadêmica, buscando desvendar incógnitas que considera que ainda demandam atenção (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). Sob essa perspectiva, como já mencionado em outro momento deste trabalho, a escolha do tema se deu a partir das minhas vivências pessoais e profissionais.

Essa íntima relação entre reflexões e cotidiano do pesquisador ou da pesquisadora diz respeito ao quão confortável a pessoa responsável pela pesquisa se sente nessa área de conhecimento, o que será essencial para que siga estimulada, curiosa e motivada para o desenvolvimento de sua pesquisa (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021).

Vale ressaltar que se deve utilizar palavras-chave que representem o tema da pesquisa, conseguindo abarcar os conceitos principais. A busca realizada neste trabalho, dentro da plataforma SciELO, contou com a utilização de dois descritores principais visando encontrar produções relevantes ao tema: “Educação de Surdos” e “Educação Bilíngue de Surdos”. Uma observação a se fazer: o descritor “Ensino Médio” foi utilizado, contudo, revelou apenas dois artigos que já figuravam dentro dos resultados dos outros dois descritores.

Buscar por fontes bibliográficas que sejam recentes deve ser imperativo na pesquisa bibliográfica. Sousa, Oliveira e Alves (2021) indicam que a preferência deve ser por trabalhos publicados nos últimos quinze anos, argumentando que as ciências estão em constante desenvolvimento e evolução, ou seja, buscar por trabalhos recentes reduz as chances de que o pesquisador ou pesquisadora chegue a considerações ou conclusões defasadas ou obsoletas.

Na busca por publicações que tratassem da educação de surdos no Ensino Médio, um dos critérios escolhidos foi o marco temporal, em que foi definido que a busca se daria dentro do espaço de tempo entre 2021 e 2024, pois no ano de 2021 ocorreu um marco legal significativo na educação de surdos no Brasil, a criação da modalidade de educação bilíngue de surdos pela Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, que torna essa modalidade independente – uma vez que a educação de surdos era subordinada à educação especial – e a insere na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996). Já o ano de 2024 é em decorrência deste estudo ter se iniciado nesse ano.

Um fator preponderante durante o processo de investigação bibliográfica é o tempo dedicado à análise dos trabalhos levantados para garantir o máximo de qualidade possível na pesquisa (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). Todavia, é importante dizer que o pesquisador ou a pesquisadora pode se deparar com uma realidade de escassez de trabalhos publicados a respeito do tema que investiga (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021).

No entanto, deve-se considerar que essa informação também é um dado de pesquisa, já que diante dessa realidade, é possível conduzir a pesquisa num sentido de deflagração dessa escassez como um dado com significado no sentido de apontar para a ausência.

No caso deste trabalho, foram encontradas 8 publicações que tratam da educação de surdos de modo geral, mas num processo de refino do levantamento dos trabalhos, ou seja, de busca por trabalhos que pudessem tratar do acesso e permanência de estudantes surdos no Ensino Médio, chegou-se ao número de 6 artigos para análise. Tanto na busca inicial quanto no refino dos resultados, nota-se a ausência de trabalhos que tratem sobre o acesso e a permanência de estudantes surdos no Ensino Médio, ou seja, esse já é um dado relevante para se refletir a respeito da produção acadêmica e científica no campo da educação de surdos.

E para além de estudos e trabalhos publicados, leis também podem ser utilizadas para corroborar ou refutar afirmações referentes a um determinado assunto pesquisado (SOUSA, OLIVEIRA e ALVES, 2021). Tal como também é feito por este estudo.

#### **4.1 Mapeamento da produção científica nacional sobre educação de surdos e análise qualitativa dos textos mapeados**

Como dito anteriormente, a plataforma SciELO foi utilizada no levantamento de publicações que tratassem da educação de surdos. Por meio do cruzamento dos resultados advindos dos descritores “Educação de Surdos” e “Educação Bilíngue de Surdos”, aplicados em ambas as plataformas, foi possível se chegar ao número de 8 publicações, assim sendo, o primeiro descritor utilizado – Educação de Surdos – apresentou um total de oito estudos acadêmicos, sendo todos artigos científicos. Dos oito, seis foram selecionados para compor o estudo deste trabalho, uma vez que um dos dois artigos descartados tratava da educação de surdos em Portugal – *Em defesa de escolas bilíngues de surdos: interlocuções dos movimentos de Resistência em Portugal e Brasil* – e o outro da educação escolar indígena – *A interface entre educação escolar indígena e a educação de surdos no MS* – fugindo ligeiramente do foco desta pesquisa. O segundo descritor – Educação Bilíngue de Surdos – apresentou apenas dois resultados de estudos acadêmicos, sendo dois artigos que já figuravam nos resultados da busca que utilizou o primeiro descritor.

A tabela 1, intitulada “Publicações selecionadas”, apresentada a seguir foi elaborada com o objetivo de sistematizar e apresentar de forma clara e organizada os resultados da pesquisa bibliográfica realizada na plataforma de publicações científicas SciELO. Sua função é servir como um mapa da produção acadêmica recente sobre o tema da educação de surdos no Brasil, destacando os trabalhos mais relevantes encontrados durante a investigação.

Para atingir esse propósito, a tabela foi estruturada em quatro colunas essenciais: “Título”, “Autores”, “Publicação/Revista” e “Ano”. Cada linha corresponde a um artigo científico, permitindo uma rápida identificação e contextualização da obra. Ao listar os títulos, ela oferece uma visão imediata sobre as abordagens e os recortes temáticos de cada pesquisa. À coluna de autores, por sua vez, credita os pesquisadores responsáveis pelos estudos, possibilitando o reconhecimento de nomes proeminentes na área. Adicionalmente, a tabela especifica as revistas científicas onde os artigos foram publicados, o que ajuda a compreender os principais veículos de disseminação do conhecimento sobre o assunto. Por fim, um destaque importante revelado na

tabela 1 é a predominância de publicações na "Educar em Revista", o que sinaliza sua relevância como um veículo central para a disseminação de pesquisas na área da Educação de Surdos. Publicada pelo Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), a revista é um periódico de fluxo contínuo e um dos mais tradicionais e respeitados do Brasil em seu campo. Seu escopo abrange uma vasta gama de temas educacionais, incluindo políticas educacionais, formação de professores, história da educação e, como visto na tabela, educação de estudantes surdos. O fato de concentrar a maior parte dos trabalhos listados reforça o prestígio da "Educar em Revista" e a posiciona como uma fonte de referência essencial para pesquisadores interessados nas discussões contemporâneas sobre educação no país.

As publicações selecionadas foram escolhidas, num primeiro momento, pelo título dos trabalhos e, num segundo momento, pela descrição dos resumos dos trabalhos, que apresentavam um panorama das pesquisas que indicava pontos de convergência com o interesse deste trabalho.

Tabela 1 – Publicações selecionadas

<b>Título</b>	<b>Autores</b>	<b>Publicação/ Revista</b>	<b>Ano</b>
Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas	Cláudio Eduardo Resende Alves; Rebeca Cristina Nunes Llyod Gonçalves; Luciana Aparecida Guimarães de Freitas	Educar em Revista	2024
História da educação de surdos: uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico	Simone Aparecida dos Santos Silva; Hélio José Santos Maia; Regina Lúcia Sucupira Pedroza	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)	2024
Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o "além-acessibilidade"	Vanessa Regina de Oliveira Martins; Maura Corcini Lopes	Cadernos de Pesquisa	2024
Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas	Aline Lucia Baggio Montes; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	Revista Brasileira de Educação Especial (RBEE)	2023
A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002 – 2022) após o reconhecimento da lei de Libras	Luiz Renato Martins da Rocha; Mara Silvia Pasion	Educar em Revista	2023
Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos	Christianne Thatiana Ramos de Souza; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda	Educar em Revista	2023

Fonte: Próprio autor, 2025

A tabela 2, "sistematização da análise dos artigos", a seguir, foi elaborada com o propósito de registrar algumas características essenciais dos textos selecionados, como o objetivo geral do estudo, seu contexto de produção, a prática pedagógica envolvida no estudo e a contribuição de cada estudo. Essa organização permitiu compreender de forma mais sistematizada as abordagens teóricas e metodológicas adotadas pelos autores.

Os artigos selecionados abordam temáticas relevantes, centradas nas discussões sobre o currículo, os direitos linguísticos e as práticas pedagógicas voltadas à inclusão e à valorização da Libras.

Tabela 2 – sistematização da análise dos artigos

Título do trabalho / link	Autor / ano	Objetivo geral	Contexto de produção	Prática pedagógica	Contribuição
<a href="https://www.scielo.br/j/er/a/xqdHyYXz8qg74ZhGtGzypZz/?lang=pt">Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/er/a/xqdHyYXz8qg74ZhGtGzypZz/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/er/a/xqdHyYXz8qg74ZhGtGzypZz/?lang=pt</a>	Cláudio Eduardo Resende Alves; Rebeca Cristina Nunes Llyod Gonçalves; Luciana Aparecida Guimarães de Freitas / 2024	a reflexão e a discussão dos atravessamentos interseccionais de deficiência, gênero, classe social, trabalho e raça em processos de ensino da leitura e da escrita para estudantes surdos(as), à luz das teorias pós-críticas do currículo	Artigo produzido a partir da análise de aulas em escola pública de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte/MG.	Rodas de conversa com docentes e observação participante no cotidiano de uma turma da escola pública de Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte/MG	Indicação da relevância em considerar o contexto de vida discente e o conhecimento prévio de cada estudante nos processos do aprender, além de mostrar como diferentes marcadores sociais podem atravessar práticas curriculares, oportunizando outras composições e outras leituras de mundo
<a href="https://www.scielo.br/j/rbee/a/PW58KYNC7hnZxnZwCS4w6WK/?lang=pt">História da educação de surdos: uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/rbee/a/PW58KYNC7hnZxnZwCS4w6WK/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbee/a/PW58KYNC7hnZxnZwCS4w6WK/?lang=pt</a>	Simone Aparecida dos Santos Silva; Hélio José Santos Maia; Regina Lúcia Sucupira Pedroza / 2024	investigar caminhos decoloniais para refletir a colonialidade de poder que afeta o povo surdo em sua forma de narrar sua história educacional e seu direito linguístico	Artigo produzido no contexto de propor um exercício decolonial da Educação de Surdos, tratando sua historicidade com as contribuições de pesquisadores surdos que possuem outras lentes de auxílio no contar suas histórias a partir do olhar do colonizado.		Indicação de que há uma imposição dos ouvintes, como maioria linguística, que domina, via colonialidade do poder linguístico, a história e o presente da educação do povo surdo, por meio da desvalorização de sua cultura, identidade e língua. Concluindo-se, então, que há necessidade de buscar ativamente por processos decoloniais
<a href="https://www.scielo.br/j/cp/a/mHdwvvgXXxMDdRdB6nmvJnk/?lang=pt">Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o “além-acessibilidade”</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/cp/a/mHdwvvgXXxMDdRdB6nmvJnk/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/cp/a/mHdwvvgXXxMDdRdB6nmvJnk/?lang=pt</a>	Vanessa Regina de Oliveira Martins; Maura Corcini Lopes / 2024	Problematizar o impacto da lógica da acessibilidade na educação de surdos promovida pela política inclusiva, que reduz a expressividade e visualidade da língua de sinais a um instrumento de acesso ao conhecimento escolarizado	Artigo produzido no contexto de publicação no caderno de pesquisa da fundação Carlos Chagas. Produzido pelas pesquisadoras Vanessa Martins, da UFSCar, e Maura Lopes, da Unisinos	Cartografia filosófica de documentos legais, fundamentada nas filosofias da diferença e nos estudos de Nancy Fraser sobre reconhecimento e redistribuição para a justiça social	Evidenciar a distinção entre acesso e direito linguístico-educacional, sublinhando a necessidade de uma política linguística que tenha impacto na educação, reconhecendo a dispersão territorial da comunidade surda e diferenciando-a das comunidades indígenas e de imigrantes
<a href="https://www.scielo.br/j/rbee/a/cSghRghPKdJngPXDHbvMCqJ/?lang=pt">Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/rbee/a/cSghRghPKdJngPXDHbvMCqJ/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/rbee/a/cSghRghPKdJngPXDHbvMCqJ/?lang=pt</a>	Aline Lucia Baggio Montes; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda / 2023	Por meio de um instrumento ilustrado de investigação de narrativas sinalizadas, contribuir com a avaliação da Libras e com o trabalho pedagógico de professores que atuam na educação bilíngue de surdos	Artigo produzido no contexto de publicação na Revista Brasileira de Educação Especial. Produzido pelas pesquisadoras Aline Montes, do IFSP, e Cristina Lacerda, da UFSCar		Apresentar instrumento ilustrado de investigação de narrativas sinalizadas útil ao trabalho de avaliação da Libras por parte de professores que atuam na educação bilíngue de surdos

<p><a href="https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/?lang=pt">A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002 – 2022) após o reconhecimento da lei de Libras</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/edur/a/Qqr4YJpLGLKncgGNG4RnWNG/?lang=pt</a></p>	<p>Luiz Renato Martins da Rocha; Mara Silvia Pasion / 2023</p>	<p>Analisar quais mudanças a Lei nº 10.436/2002, conhecida popularmente como Lei de Libras, proporcionou na educação das pessoas surdas e com deficiência auditiva em 20 anos (de 2002 a 2022), com base nas Sinopses Estatísticas dos censos educacionais</p>	<p>Artigo produzido no contexto de publicação da revista Educação em Revista. Produzido pelos pesquisadores Luiz Rocha e Mara Pasion, ambos da UFABC</p>		<p>Desvelar que, nesses 20 anos da Lei de Libras, muitos avanços ocorreram, no entanto, ao analisarmos os dados do censo demográfico, ainda estamos distantes de uma proporção efetiva desse público na educação brasileira</p>
<p><a href="https://www.scielo.br/j/edur/a/bPZjyJWs68hJdnpftfbNTD/?lang=pt">Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos</a> / <a href="https://www.scielo.br/j/edur/a/bPZjyJWs68hJdnpftfbNTD/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/edur/a/bPZjyJWs68hJdnpftfbNTD/?lang=pt</a></p>	<p>Christianne Thatiana Ramos de Souza; Cristina Broglia Feitosa de Lacerda / 2023</p>	<p>Investigar o processo de apropriação, pelo surdo, da língua portuguesa como segunda língua em interlocução com uma professora bilíngue por meio do diário de aprendizagem</p>	<p>Artigo produzido a partir da análise de diários de aprendizagem produzidos por estudantes surdos do Ensino Fundamental II de uma escola inclusiva que faz parte do Programa de Educação Bilíngue para surdos.</p>	<p>Utilização de diários de aprendizagem onde os estudantes se correspondem com a professora e exercitam a escrita</p>	<p>Identificar que os diários de aprendizagem podem servir como instrumento de aprendizagem da linguagem escrita por estudantes surdos</p>

Fonte: Próprio autor, 2025

Em *“Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas”*, os autores buscam refletir sobre as intersecções entre deficiência, gênero, classe, trabalho e raça no ensino da leitura e da escrita. Já o artigo *“História da educação de surdos: uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico”* propõe uma leitura decolonial da história da educação de surdos, denunciando a dominação linguística imposta pelos ouvintes e defendendo uma reinterpretação a partir da perspectiva do colonizado.

Outros trabalhos analisam a relação entre língua, política e educação, como em *“Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o ‘além-acessibilidade’”*, que problematiza a redução da Libras a uma ferramenta de acessibilidade e reivindica uma política linguística mais ampla e justa. Já o artigo *“Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas”* apresenta um recurso prático para avaliação da Libras, contribuindo diretamente para o trabalho pedagógico de professores na educação bilíngue.

Também se destaca o estudo *“A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002–2022) após o reconhecimento da Lei de Libras”*, que analisa avanços e desafios decorrentes da implementação dessa legislação, apontando a permanência de desigualdades no acesso à educação. Por fim, o texto *“Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos”* investiga o uso de diários de aprendizagem como instrumento pedagógico na aquisição da escrita em português como segunda língua.

O artigo de Alves, Gonçalves e Freitas (2024), *“Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas”*, trata de relatos e situações de sala de aula, mais especificamente numa escola pública da Educação de Jovens e Adultos na cidade de Belo Horizonte – MG, buscando problematizar o processo que envolve a relação entre currículo e alfabetização de pessoas surdas.

Segundo Alves, Gonçalves e Freitas (2024), abordar o currículo numa perspectiva inclusiva em que Libras e Língua Portuguesa agem concomitantemente na alfabetização de pessoas surdas pode ser desafiador para a prática docente.

Os autores afirmam que esse “desencontro” no processo de alfabetização pode causar certo prejuízo na aquisição de linguagem do estudante surdo (ALVES; GOLÇALVES; FREITAS, 2024), levando o docente a desenvolver outras composições e outras interlocuções no currículo escolar (ALVES; GOLÇALVES; FREITAS, 2024).

Já o artigo *“História da educação de surdos: uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico”* objetiva suscitar uma reflexão a respeito da perspectiva pela qual pessoas surdas foram tratadas no Brasil, estabelecendo um paralelo com a colonização cujos povos tradicionais foram submetidos. O texto afirma que o espaço escolar, majoritariamente ouvinte, por meio de práticas como a desvalorização da Libras com relação ao português, promoveu um certo tipo de colonialismo para com os surdos. Silva, Maia e Pedroza (2024) apresentam uma análise no campo teórico e discursivo, buscando revisitar a história da educação de surdos no Brasil e sua produção literária<sup>4</sup>, por meio das contribuições de pesquisadores surdos, visando reconstruir narrativas históricas pelo olhar do “colonizado”.

Os autores sustentam que há uma perspectiva social que taxa os surdos como sujeitos que “necessitam de auxílio para se promover ou se integrar, cabendo às pessoas ouvintes sua tutela” (SILVA; MAIA; PEDROZA, p. 5, 2024). Isso se deve ao capacitismo estrutural que impõe barreiras materiais aos sujeitos surdos para que possam ter autonomia em suas vidas, pois por falta de recursos de acessibilidade como tradutores e intérpretes de Libras em diversos espaços públicos, o surdo se vê tolhido em sua cidadania, o que gera a falsa sensação de que o surdo necessita de tutela quando em realidade o que de fato falta é acessibilidade. O capacitismo também age na invisibilização do sujeito surdo, tornando sua realidade cada vez mais restrita a quem convive com outros surdos, gerando um senso comum preconceituoso e arrogante, que compreende o surdo como incapaz ou limitado.

---

<sup>4</sup> A literatura surda refere-se ao conjunto de produções culturais e artísticas criadas por pessoas surdas, geralmente expressas em Língua de Sinais e voltadas à valorização da identidade, cultura e experiência visual da comunidade surda. Ela se manifesta em diferentes formas — como narrativas sinalizadas, performances visuais, poesias em Libras e vídeos —, constituindo-se como espaço de resistência simbólica e política frente à hegemonia da cultura ouvinte. Além de promover o reconhecimento da Libras como língua de expressão estética, a literatura surda também contribui para o fortalecimento das identidades surdas e para a construção de novos modos de representação e pertencimento cultural.

Silva, Maia e Pedroza (2024) afirmam que a educação de surdos ainda é encarada como uma questão de caridade, como se profissionais e recursos educacionais fossem a confirmação de uma dificuldade dos estudantes surdos em acompanhar os estudantes ouvintes. A Libras nessa perspectiva colonial, por exemplo, seria utilizada como mero “recurso ou apoio às línguas orais” (SILVA; MAIA; PEDROZA, 2024, p. 5).

Todavia, os autores defendem que a educação bilíngue de surdos é um instrumento de luta decolonial fundamental, pois alicerça cultura e identidade surdas, transformando o cenário educacional brasileiro, obrigando-o a repensar políticas públicas pedagógicas para grupos minoritários como os surdos (SILVA; MAIA; PEDROZA, 2024).

No artigo de Martins (2024), “*Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o ‘além-acessibilidade’*”, há uma problematização do impacto da lógica da acessibilidade na educação de surdos promovida pela política inclusiva. A autora afirma que essa política reduz a expressividade e visualidade da língua de sinais a um mero instrumento de acesso ao conhecimento escolarizado.

O artigo faz uma diferenciação entre acesso e direito, analisando documentos e marcos legais, defendendo que o surdo seja incluído pelo que a autora classifica como prática educacional calcada na “materialidade visual” (MARTINS, 2024).

Segundo Martins (2024), a entrada da Libras na educação, por meio da interpretação educacional e tradução de materiais, apenas aparenta promover um reconhecimento da singularidade surda, quando, na verdade, essa política inclusiva acaba sendo um “pseudo-reconhecimento afirmativo” (MARTINS, 2024, p. 07). A autora elabora essa reflexão a partir de uma análise de diversos documentos legais, como a Lei nº 10.436/2002, o Decreto nº 5.626/2005 e até mesmo a LDB.

A autora afirma que é pelo reconhecimento do direito linguístico na educação que haverá de fato um reconhecimento do estudante surdo. Martins diz ainda que, no caminho desse reconhecimento, será possível produzir “(...) materiais em Libras e não originados em português e traduzidos para a Libras (...)” (MARTINS, 2024, p. 9), além do estímulo à contratação de profissionais fluentes em Libras para ministrarem aulas diretamente nessa língua. A autora

finaliza seu texto dizendo que isso promoverá um fortalecimento cultural em escolas e salas bilíngues.

No estudo de Souza e Lacerda (2023), *“Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos”*, busca-se investigar, por meio da interlocução com uma professora bilíngue e do uso de um diário de aprendizagem, o processo de apropriação da língua portuguesa como segunda língua por estudantes surdos.

O estudo contou com a participação de alunos surdos do Ensino Fundamental II, com idades entre 14 e 18 anos, de uma escola inclusiva no interior de São Paulo em que funcionava um Programa de Inclusão Bilíngue de alunos surdos.

O programa existe há nove anos e foi instituído por meio de uma parceria entre pesquisadores de uma universidade pública que funciona no município e a Secretaria Municipal de Educação.

Uma das principais constatações de Souza e Lacerda (2023) em seu estudo foi que as dificuldades no processo de aprendizagem e aquisição da escrita por estudantes surdos estão majoritariamente nas metodologias empregadas no ambiente de ensino. As autoras afirmam que um professor bilíngue que se vale de recursos linguísticos pautados na língua de sinais para promover o ensino da língua portuguesa escrita como segunda língua tende a ter muito mais sucesso do que o professor que não o faz (SOUZA; LACERDA, 2023).

O estudo promovido por Montes e Lacerda (2023), intitulado *“Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas sinalizadas”*, por meio de um instrumento ilustrado de investigação de narrativas sinalizadas – chamado NarVal-Libras/Prod-Ilustrado –, é um conjunto de imagens e sequências visuais que narram uma pequena história para que o aluno possa sinalizar. Trata-se de um instrumento que contribui para a avaliação da Libras e para o trabalho pedagógico de professores que atuam na educação bilíngue de surdos.

No estudo realizado por Montes e Lacerda (2023), as autoras ressaltam que as crianças surdas brasileiras possuem poucas oportunidades para o desenvolvimento da linguagem. As autoras afirmam que as crianças surdas também têm seu processo de desenvolvimento da linguagem atrasado devido

ao fato de que muitas delas nascem em famílias ouvintes, sendo primeiramente expostas à linguagem oral (MONTES; LACERDA, 2023).

Diante do exposto, Montes e Lacerda (2023) defendem que as crianças surdas tenham oportunidades de vivenciar experiências narrativas como usuárias da Libras, e que essas oportunidades acabam por ocorrer, majoritariamente, no ambiente escolar “(...) ao entrar em contato com outras crianças surdas em escolas comuns e bilíngues, com interlocutores adultos surdos e com interlocutores adultos ouvintes fluentes em língua de sinais.” (MONTES; LACERDA, 2023, p. 02).

As autoras reafirmam a necessidade de que crianças surdas recebam uma educação bilíngue e que essa educação bilíngue deva ocorrer desde a educação infantil. (MONTES; LACERDA, 2023).

Montes e Lacerda (2023) alertam que já há uma legislação que fortalece a educação bilíngue de surdos, a Lei nº 14.191, de 3 de agosto de 2021, lei esta que insere a Educação Bilíngue de Surdos na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) como uma modalidade independente (MONTES; LACERDA, 2023).

Dessa forma, as autoras concluem defendendo que instrumentos de avaliação de línguas orais que são adaptados para o uso em línguas de sinais prejudicam o desenvolvimento dos estudantes surdos, tornando-se imperativo haver instrumentos de avaliação que são pensados e desenvolvidos desde seu cerne dentro da língua de sinais (MONTES; LACERDA, 2023).

E ao analisar o artigo *“A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002-2022) após o reconhecimento da Lei de Libras”*, de Rocha e Pasian (2023), vemos que o objetivo foi analisar as mudanças que a Lei nº 10.436/2002 proporcionou na educação de surdos e pessoas com deficiência auditiva em 20 anos, com base nas sinopses estatísticas dos censos educacionais.

Nesse sentido, Rocha e Pasian (2023) se fizeram a seguinte indagação: a Lei de Libras (10.436/2002) contribuiu para um maior acesso das pessoas surdas aos espaços educacionais brasileiros e em quais proporções isso ocorreu? (ROCHA; PASIAN, 2023, p. 06).

Pouco mais de três anos após a publicação da Lei nº 10.436/2002, é promulgado o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a legislação aqui estudada, além do artigo 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. No aludido decreto, há todo um detalhamento que a Lei de Libras não trouxe em seus artigos e esse, por sua vez, impactou de forma ainda mais direta a educação das pessoas surdas no Brasil a partir de 2005. Assim, vários desdobramentos foram ocasionados em virtude da lei e do decreto mencionados. (ROCHA; PASIAN, 2023, p. 03)

Além dos marcos legais e legislações que tratam sobre a educação de surdos, Rocha e Pasian (2023) citam fatos históricos que denotam uma mudança que tem relação direta com a Lei nº 10.436/2002, como, em 2017, os surdos tornaram-se tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio “e ainda conquistaram o direito de terem prova escrita, traduzida em Libras, em formato de vídeo” (ROCHA; PASIAN, 2023, p. 04).

No que tange o Público-alvo da Educação Especial (PAEE), Rocha e Pasian (2023) constatam que há uma certa tratativa diferenciada entre pessoas surdas e PAEE, e não haveria de ser de outra forma, pois até mesmo no lançamento do Política Nacional de Educação Especial (PNEE-2020) houve um investimento no uso da Libras, o que ressaltou ainda mais a necessidade de realizar mudanças nos princípios da Educação Especial brasileira no que se refere aos estudantes surdos (ROCHA; PASIAN, 2023).

Rocha e Pasian (2023) constatam que houve um aumento nas matrículas na educação superior entre os anos de 2002 e 2020. “(...) um crescimento de mais de 2.800%” (ROCHA; PASIAN, 2023, p. 7).

Os autores chegaram à conclusão de que houve um aumento no número de estudantes surdos e com deficiência auditiva na Educação Básica no Brasil nos últimos anos, um aumento maior do que as matrículas no geral. Além disso, há um crescimento no número de estudantes surdos e com deficiência auditiva na educação superior, que pode ser associado à criação de cursos na área de Libras. Os autores comentam sobre uma expansão na Educação Básica e no Ensino Superior, sem dar destaque ao Ensino Médio. Todavia, o Ensino Médio faz parte da Educação Básica; logo, essa percepção de expansão também se estende ao Ensino Médio, por mais que não possamos mensurar com base no estudo realizado.

Resumidamente, os artigos analisados revelaram que nosso sistema educacional apresenta falhas estruturais e estruturantes, como a abordagem da

Libras como um simples recurso de acessibilidade, ou o uso de metodologias de ensino inadequadas ou insuficientes, além de uma herança da visão ouvintista e a carência de profissionais que atuem na perspectiva da educação bilíngue de surdos.

Os artigos defendem que haja uma educação bilíngue de surdos para que a formação e o desenvolvimento de estudantes surdos sejam efetivos, pois a educação bilíngue de surdos fomenta a cultura e a identidade surda em todas as dimensões que envolvem o processo de ensino-aprendizagem.

Todavia, apesar dos textos analisados discorrerem sobre a educação de surdos na educação básica e no ensino superior e até mesmo na EJA, nenhum dos artigos mencionados traz qualquer direcionamento ao Ensino Médio. Isso significa dizer que, apesar da contribuição valorosa dos estudos realizados colocando em cena o debate a respeito da educação de surdos, verifica-se a ausência de estudos que tratem da inserção de estudantes surdos no Ensino Médio, foco desta pesquisa.

Dessa maneira, embora a nossa questão de pesquisa, que tem como objetivo verificar a educação de surdos no Ensino Médio, não tenha sido respondida, este estudo se mostra necessário porque joga luz a um problema que se apresenta em duas faces: uma que diz respeito ao não acesso dos estudantes ao Ensino Médio (Apenas 15% da população surda alcança o Ensino Médio) e outra que se trata do fato de que temos poucos estudos que se preocupam com essa questão. Assim, compreender as causas desse fato pode contribuir para o desenvolvimento de ações que possibilitem a entrada e permanência dos estudantes surdos no Ensino Médio. Nesse sentido, a ausência desses estudos torna mais difícil avançar na resolução dessas questões.

## **5 ESTUDANTES SURDOS E O ENSINO MÉDIO: POSSÍVEL GARGALO EDUCACIONAL E A APARENTE ESCASSEZ DE ESTUDOS**

A educação de estudantes surdos no Brasil tem sido objeto de crescentes discussões e propostas no âmbito legislativo, especialmente após o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como meio legal de

comunicação e expressão. Contudo, a trajetória desses estudantes ainda é marcada por desafios significativos que impactam seu ingresso, permanência e conclusão. Estudos como o que foi realizado em 2019 pelo Instituto Locomotiva nos confirmam esse cenário, revelando que, por exemplo, apenas 15% da população surda (1,5 milhões) frequentou a escola até o Ensino Médio, ou seja, apenas 15% da população surda alcançou e concluiu o Ensino Médio, um dado preocupante.

Ao buscar compreender essa realidade por meio dos artigos selecionados para comporem esse estudo, foi possível perceber que os 6 artigos selecionados: *Currículo, alfabetização e interseccionalidade na educação de pessoas surdas* (2024); *História da educação de surdos: uma decolonialidade possível contra a colonialidade de poder linguístico* (2024); *Direito linguístico-educacional para alunos surdos e o “além-acessibilidade”* (2024); *Libras no contexto escolar: instrumento ilustrado de avaliação de narrativas* (2023); *A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002 – 2022) após o reconhecimento da lei de Libras* (2023); *Interação dialógica como mediação no processo de aquisição da linguagem escrita por surdos* (2023); não se dedicam propriamente aos desafios do Ensino Médio.

Esses estudos são essenciais para construir uma base teórica sólida sobre a educação de surdos. No entanto, eles tendem a focar em etapas iniciais da escolarização (como a alfabetização e o ensino fundamental) ou em discussões mais amplas sobre políticas e filosofias educacionais, sem aprofundar as especificidades e os obstáculos enfrentados pelos estudantes surdos no nível do Ensino Médio. A ausência de uma abordagem mais clara e direta com relação ao Ensino Médio nessas referências pode indicar uma certa lacuna na literatura sobre o tema específico dos desafios no Ensino Médio, o que pode ser lido como mais um dado de confirmação da precariedade presente no campo da educação de surdos no que tange ao Ensino Médio.

Isso posto, há um único artigo que apresenta algo que nos ajuda a refletir sobre as questões a respeito do Ensino Médio de estudantes surdos, embora haja claras limitações em sua explanação. Trata-se do artigo de Rocha e Pasion (2023), *A educação das pessoas surdas no Brasil: uma análise ao longo de 20 anos (2002 – 2022) após o reconhecimento da lei de Libras*.

O estudo mencionado traz um dado relevante: a partir de 2017, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a utilizar videoprova em Libras, uma conquista que visa garantir a acessibilidade e a equidade na avaliação de estudantes do Ensino Médio para que tenham acesso ao ensino superior. Esse fato denota uma certa preocupação do poder público com a conclusão do Ensino Médio e a progressão acadêmica dos estudantes surdos.

Como dito anteriormente, o artigo de Rocha e Pasian (2023) tangencia a questão, fornecendo uma contextualização legal e estatística que nos permite fazer inferências com relação à Educação Básica – que contempla o Ensino Médio – no que diz respeito aos estudantes surdos, mas carece de uma análise mais detalhada sobre as complexidades diárias enfrentadas por estudantes surdos e educadores do Ensino Médio.

Nesse sentido, tomemos os dados do Instituto Locomotiva por um instante, pois os dados do Instituto Locomotiva indicam que 46% da população surda acessa o Ensino Fundamental (4,6 milhões), enquanto apenas 15% (1,5 milhões) de surdos acessam o Ensino Médio, ou seja, há uma queda de 31% (3,1 milhões) entre um estágio e outro. Bem menos da metade dos estudantes surdos que ingressam no Ensino Fundamental consegue ingressar no Ensino Médio, o que pode sugerir que o Ensino Médio represente um possível gargalo para a formação escolar da comunidade surda; todavia, a ausência de estudos, dados e pesquisas detalhadas a respeito desse estágio torna inviável compreendermos efetivamente a razão desse fato.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A investigação revelou um cenário preocupante sobre a escolarização da comunidade surda. A primeira conclusão alarmante é que apenas 15% dos estudantes surdos chegam ao Ensino Médio, um índice que confirma a exclusão de quase a totalidade desses alunos desta etapa fundamental da educação.

Outro ponto crítico é a escassez de estudos sobre as causas desse fenômeno. Durante a pesquisa, notou-se que as publicações sobre a educação de surdos são raras e, entre as existentes, nenhuma aborda diretamente as barreiras de acesso ao Ensino Médio. A falta de dados e análises aprofundadas

torna a criação de políticas públicas eficazes um desafio hercúleo, reforçando um ciclo de exclusão.

Em suma, a ausência de pesquisas sobre o tema é, por si só, um forte indicativo da falta de oportunidades e de garantias oferecidas aos estudantes surdos. A resposta à pergunta deste trabalho "Onde estão os alunos surdos e de que forma eles estão chegando ao Ensino Médio?" a partir da investigação realizada, poderia ser a seguinte: não nos parece tão otimista como gostaríamos que fosse. A ausência de estudos sobre essa realidade nos impede de compreender as causas e os efeitos dessa situação para a vida desses estudantes surdos que não têm acesso ao Ensino Médio. Pode-se afirmar que essa ausência se torna um dos principais obstáculos para o fortalecimento da Educação Bilíngue de Surdos, seu desenvolvimento escolar pleno e sua participação social efetiva.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARGOLO, Mariana Alonso; FRANCISCO, Gildete da S. Amorim Mendes. Avanços e perspectivas da educação bilíngue de surdos no Brasil. **Ensaio Pedagógicos**, Sorocaba, v. 9, n. 1, p. 41-65, jan./abr. 2025.

BRANDÃO, Marcos Antônio Souza. A Educação dos Surdos no Brasil: aspecto histórico, político e social. Universidade Federal do Maranhão, 2023.

BRASIL. Decreto n. 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e o art. 18 da Lei n. 10.098 de dezembro de 2002. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 2005.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 abr. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Educação Bilíngue de Surdos: Evento no MEC celebrará 22 anos da Lei de Libras: Brasil tem 62.192 estudantes surdos, deficientes auditivos e surdo-cegueira. MEC desenvolve várias ações para inclusão da comunidade surda e para garantia dos seus direitos. [Brasília]: Ministério da Educação, 23 abril. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril/evento-no-mec-celebrara-22-anos-da-lei-de-libras>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Planalto. Educação bilíngue de surdos se torna modalidade de ensino independente: Projeto assinado pelo presidente Jair Bolsonaro estabelece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como primeira língua e o português escrito como segunda língua. [Brasília]: Planalto, 03 ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/companhe-o-planalto/noticias/2021/08/educacao-bilingue-de-surdos-se-torna-modalidade-de-ensino-independente>. Acesso em: 14 jan. 2025.

BRASIL. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2014.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica 2022.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Coat of arms of Brazil. 2022. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/05/Coat\\_of\\_arms\\_of\\_Brazil.svg/1200px-Coat\\_of\\_arms\\_of\\_Brazil.svg.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/05/Coat_of_arms_of_Brazil.svg/1200px-Coat_of_arms_of_Brazil.svg.png). Wikimedia Commons. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=122548876>. Acesso em: 20 jul. 2025.

Guarinello, A. C., Berberian, A. P., Santana, A. P., Massi, G., & Paula, M. de . (2006). A inserção do aluno surdo no ensino regular: visão de um grupo de professores do Estado do Paraná. *Revista Brasileira De Educação Especial*, 12(3), 317–330. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382006000300003>

iLOCOTIVA. Apenas 37% dos brasileiros com deficiência auditiva estão empregados. *TV Brasil*, [S. l.], [2019]. Disponível em: <https://ilocomotiva.com.br/clipping/tv-brasil-apenas-37-dos-brasileiros-com-deficiencia-auditiva-estao-empregados/> . Acesso em: 20 jul. 2025.

MANTOAN, M. T. E. O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Revista CEJ*, Brasília, n. 26, p. 36-44, 2004.

MORI, N. N. R.; SANDER, R. E. História da educação dos surdos no Brasil. *Seminário de Pesquisa do PPE*. Universidade Estadual de Maringá, v. 2, 2015.

QUADROS, Ronice Müller de. *Educação de surdos [recurso eletrônico] : a aquisição da linguagem / Ronice Müller de Quadros. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Artmed, 2008.*

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro (2022). A história de nossa pedagogia surda: pedagogia cultural. *Revista Espaço*, nº 57, jan-jun de 2022, Rio de Janeiro, INES.